

Operação Compliance Zero

# À espera das respostas de Moraes e Mendonça

Prazo dado por Edson Fachin para que ministros justifiquem mútuas acusações termina sexta-feira. Paulo Gonet e Andrei Rodrigues também têm de se explicar

» RENATO SOUZA

Termina sexta-feira o prazo dado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, para manifestação dos ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça sobre as acusações mútuas que os relaciona ao escândalo do Banco Master. Além deles, também devem se manifestar o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues. Entre os pontos que deverão ser esclarecidos estão eventuais indícios de uso de credenciais institucionais para acessar documentos particulares e de compartilhamento de informações submetidas a sigilo judicial.

Moraes terá de explicar acusações feitas por André Mendonça de que, supostamente, manteve contato com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, que incluíriam encontros presenciais, além de ter editado o contrato milionário mantido pelo escritório da mulher dele, Viviane Barci de Moraes, com o Master. Já Mendonça é acusado de investigar um magistrado da Corte sem a autorização do Plenário da Corte. No âmbito do Inquérito das Fake News, Moraes também afirma que Mendonça cometeu crime de responsabilidade, improbidade administrativa e que privilegiou determinado grupo político na condução das apurações sobre as fraudes do banco de Vorcaro.

O despacho de Fachin também coloca sob análise a própria condução das investigações. O magistrado questiona quais providências foram tomadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no exercício do controle externo da atividade da PF. O presidente do Supremo determinou, ainda, que fossem anexadas ao novo procedimento a íntegra de outro processo e uma nota divulgada pelo gabinete de Moraes.

Luiz Silveira/STF



Confronto entre Mendonça e Moraes levou STF a mergulhar numa grave crise, que Fachin tenta administrar

## Definição de regras

Fachin não tem prazo para decidir e interlocutores do ministro, ouvidos pelo **Correio**, apontam que ele aguarda manifestações para avaliar a data de levar o assunto para avaliação do Plenário. Também se ventila a hipótese de que o presidente do Supremo decida realizar uma audiência administrativa, para que sejam definidas regras para avaliação da situação pelos integrantes da Corte.

Nos bastidores do STF, o que se diz é que Moraes tem maioria para impedir que uma investigação seja aberta contra ele. Porém, esses mesmos interlocutores salientam que os fatos revelados são graves e que a Corte ficará desmoralizada caso não tome uma atitude para estancar a crise.

Há uma avaliação de que as acusações contra Moraes e Mendonça devem ser arquivadas, mas que o caso deve gerar alterações no regimento e novas regras administrativas, como a obrigatoriedade de um Código de Ética para regular o comportamento dos ministros dentro e fora do Supremo.

Na sexta-feira, Fachin disse em cerimônia no Palácio do Planalto que uma das medidas de sua gestão na comando do STF seria colocar um ponto final do Inquérito das Fake News. Porém, no domingo, o ministro Flávio Dino fez uma dura postagem nas redes sociais na direção do presidente da Corte, afirmando que não é possível encerrar uma investigação criminal por motivo de “tramitação longa” — e frisa que é necessária a propositura de “ações penais e arquivamentos cabíveis”.

## » Encontro com a OAB adiado

O ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal, adiou reunião que teria com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti, e outros integrantes da cúpula do órgão. O encontro seria na quarta-feira e não há data para acontecer. O tema do encontro era a crise no STF e o confronto aberto entre os ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça. O Conselho Federal vê com preocupação a escalada da crise e teme que enfraqueça o Poder Judiciário como um todo.

# Messias e o fogo amigo governista

» ARMANDO HOLANDA

O ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, enfrenta um movimento de fogo amigo dentro do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O chefe da AGU é visto por integrantes do Palácio do Planalto como um aliado do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, que está no centro da crise que desgasta a Corte. Nas palavras de um interlocutor com trânsito na administração Lula, há a percepção de que o magistrado estaria utilizando o STF para fazer política contra aliados do presidente.

Um líder governista do Legislativo também sinalizou ao **Correio** que há insatisfação com a atuação de Messias diante das investigações que alcançaram Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho mais velho do presidente. A avaliação desse grupo é de que faltou uma reação mais incisiva da AGU diante do avanço das apurações dentro da Polícia Federal. Segundo relatos repassados sob a condição do sigilo da fonte, até o momento não teriam sido apresentados indícios de envolvimento direto de Lulinha não apenas no escândalo dos descontos dos benefícios de aposentados e pensionistas do INSS, mas, também, de que estaria agindo em parceria com a lobista Roberta Luchsinger, que tentou fazer negócios com o governo representando, também, o empresário Antonio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS.

Em nota divulgada domingo, Messias reagiu às críticas sobre posições que vêm tomando à frente da AGU. afirmou que sua atuação como advogado-geral da União segue critérios técnicos e sob a orientação de Lula para não envolver o órgão em disputas políticas. Sem

Andressa Anholette/Agência Senado



A função pública jamais deve se orientar por amizades, afinidades ou circunstâncias pessoais, mas pela Constituição e pelas regras da República”

Trecho da nota do ministro Jorge Messias, da AGU

menção diretamente as cobranças, o ministro ressaltou na nota que “questões de Estado devem ser tratadas à altura dos mandamentos constitucionais, com

impeccabilidade, fundamento técnico e transparência”.

Messias também rechaçou a possibilidade de relações pessoais interferirem nas decisões tomadas

como chefe da AGU. “A função pública jamais deve se orientar por amizades, afinidades ou circunstâncias pessoais, mas pela Constituição e pelas regras da República”, salientou.

## Aliado no Supremo

O advogado da União é visto por setores do governo e no STF como um aliado do ministro Mendonça, uma vez que os dois professam a mesma fé religiosa e se tratam como “irmãos”. O magistrado, aliás, fez campanha explícita para que Messias se tornasse o 11º integrante da Corte, assim que seu nome foi confirmado para ocupar a cadeira até então ocupada por Luís Roberto Barroso — que se aposentou do Supremo.

Porém, Messias não conseguiu superar a força contrária a ele na votação no Senado, que impôs uma derrota inédita a Lula e ao Palácio do Planalto. Os dois principais artífices da derrota da indicação do AGU foram o senador Davi Alcolumbre (União-AP) e o ministro Alexandre de Moraes, do STF — os dois têm relação amizade. No Supremo, a eventual chegada de Messias era vista como um reforço para o grupo de Mendonça, que conta com Nunes Marques e, episodicamente, Luiz Fux. Moraes tem como aliados os ministros Gilmar Mendes, Flávio Dino, Dias Toffoli e, eventualmente, Cristiano Zanin.

Na sexta-feira passada, Fachin, retirou do “Inquérito das Fake News” um pedido de investigação relacionado a Mendonça pedido por Moraes. E no domingo, Mendonça libertou para o Plenário o relatório da PF que conecta Moraes ao ex-dono do Banco Master, Daniel Vorcaro.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## Sobre independência, tradição diplomática e nova Guerra Fria

A política externa brasileira não nasceu com a Independência, cujos 204 anos comemoramos ontem, com o tradicional desfile do Sete de Setembro, desta vez em meio a uma campanha eleitoral e radicalizada polarização política. Sua gênese antecede a criação do Estado nacional e remonta às negociações que definiram o próprio território. Antes de o Brasil se tornar soberano, nossa diplomacia já começara a construí-lo, como destaca o embaixador Rubens Ricupero, no seu livro *A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016* (Versal).

Houve, sim, uma Guerra da Independência na Bahia, que somente terminou em 1824, porém, o mito fundador do Exército Brasileiro também é anterior à independência: surge na Batalha de Guararapes (1648-1649), que expulsou do Nordeste os holandeses. Henrique Dias, líder dos negros libertos e escravizados alforriados; Filipe Camarão, cacique da tribo Potiguar que comandou os contingentes indígenas; André Vidal de Negreiros, mestre de campo e líder militar que organizou as tropas luso-brasileiras, ocupam o panteão de primeiros heróis da pátria, representando “o povo em armas”, muito antes do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, o mártir da Inconfidência Mineira (1788 e 1789).

Mas também houve, na Independência, um acordo envolvendo a família real, os senhores de escravos e a elite política nacionalista da época para que o Brasil se tornasse um país soberano sem renunciar à monarquia e à escravidão. O projeto subliminar era a reunificação da Coroa portuguesa sob a liderança de D. Pedro I, o que deu origem ao surgimento do Partido dos Brasileiros e do Partido dos Portugueses, a muitas de nossas peculiaridades políticas e à nossa secular iniquidade social. Entretanto, a diplomacia veio antes e foi fundamental para a nossa integridade territorial. Seu primeiro paradigma é o Tratado de Madri, de 1750, cujo artífice foi o santista Alexandre de Gusmão, conselheiro da Coroa portuguesa, decisivo na negociação com a Espanha. O princípio do “uti possidetis” reconheceu a ocupação efetiva das terras e redesenhou os limites de Tordesilhas.

Quando o Brasil se tornou independente, grande parte do território já fora conquistada pela ocupação e legitimada pela diplomacia. A monarquia preservou a unidade territorial e a centralização política, enquanto a republicana América espanhola se fragmentava. Argentina, em 9 de novembro de 1822, e os Estados Unidos, em 1824, sob a Doutrina Monroe, foram os primeiros a reconhecer nossa independência. Portugal somente o fez em 1825, após a mediação da Inglaterra e o pagamento de indenização.

Não à toa, o “americanismo” ganharia força política com a República. A Constituição de 1891 adotou o federalismo, o presidencialismo, o bicameralismo e a separação entre Igreja e Estado, sob forte inspiração norte-americana. O país passou a chamar-se, significativamente, Estados Unidos do Brasil. Joaquim Nabuco via a relação com Washington como estratégica. Rio Branco se aproximou dos EUA, mas o fez para ampliar a autonomia brasileira. Consolidou fronteiras, solucionou controvérsias e, no Tratado de Petrópolis, de 1903, incorporou o Acre por meio de negociação, compensações e concessões. A soberania foi exercida pela diplomacia, e não apenas pelas armas. Não era submissão.

## Alinhamento

Essa estratégia foi consolidada em Haia, em 1907, quando Rui Barbosa defendeu a igualdade jurídica dos Estados contra os privilégios das grandes potências. Nasceu ali a nossa tradição de defesa do multilateralismo, no direito internacional e da solução pacífica das controvérsias. A política externa criava condições para que o Brasil fosse uma nação capaz de formular posições próprias, mesmo diante dos países mais poderosos. Isso não evitou, porém, momentos críticos.

Na Segunda Guerra, o Estado Novo oscilou entre os EUA e a Alemanha. Havia correntes germanófilas no governo, nas Forças Armadas e na sociedade. O embaixador Sérgio Corrêa da Costa revelou, em *Crônica de uma guerra secreta* (Record), a infiltração nazista na América do Sul e as articulações irradiadas da Argentina. “Muita coisa se passava, tanto na superfície como nos bastidores”, escreveu o diplomata, que investigou essa rede em Buenos Aires.

O alinhamento de Vargas aos Aliados foi uma escolha de segurança nacional, mas envolveu contrapartidas. O Brasil cedeu bases no Nordeste, declarou guerra ao Eixo e enviou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) à Itália. Em troca, obteve apoio para a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A aliança serviu à industrialização e não se reduziu a uma declaração de fidelidade.

A política externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart representou a busca de autonomia em plena Guerra Fria. Não se pretendia trocar Washington por Moscou, mas impedir que as superpotências decidissem pelo Brasil. Mesmo com o apoio decisivo dos EUA ao golpe de 1964, durante o regime militar, o governo de Ernesto Geisel adotou o chamado “pragmatismo responsável”: reconheceu Angola, fez negócios com os países socialistas e denunciou o acordo militar com os Estados Unidos para viabilizar o acordo nuclear com a então Alemanha Ocidental.

Na redemocratização, José Sarney e Raúl Alfonsín transformaram Brasil e Argentina de rivais estratégicos em parceiros, como o foram na Independência. Dessa aproximação nasceu o Mercosul. Com Fernando Henrique Cardoso, prevaleceu a “autonomia pela participação”. Com Lula, a “autonomia pela diversificação”, a cooperação Sul-Sul e o Brics. Apesar das diferenças, prevaleceu a noção de que a política externa deveria servir aos interesses permanentes do Estado brasileiro. Hoje, essa política está sendo posta em xeque nas eleições, em razão dos interesses dos EUA e dos negócios com a China. Dependendo do resultado, haverá uma ruptura na tradição diplomática.